

PERCEPÇÃO SOBRE ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA IES DE MINAS GERAIS

PERCEPTION OF GENERAL AND PROFESSIONAL ETHICS AMONG ACCOUNTING STUDENTS IN A BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITY

Jennifer Rhayane da Silva Lopes¹

Jéssica Rayse de Melo Silva²

Isabela Gianasi da Silveira³

Gleison de Abreu Pontes⁴

RESUMO

O presente artigo teve por objetivo analisar a percepção sobre ética geral e profissional dos discentes do curso de Ciências Contábeis de uma instituição federal de ensino superior do interior de Minas Gerais. A pesquisa justifica-se pela importância do conhecimento sobre ética e moral no contexto acadêmico pelos estudantes, que pode contribuir no molde do perfil ético e influenciar na jornada profissional deles. Este trabalho descritivo utilizou como método de pesquisa o levantamento por *survey* pela aplicação de um questionário a uma população de 234 discentes de Ciências Contábeis, obtendo-se uma amostra final de 46 respondentes. As respostas foram avaliadas por meio de uma abordagem quantitativa, com enfoque na análise de estatísticas descritivas para variáveis qualitativas, especificamente frequências relativas. Os principais resultados da pesquisa demonstram que a atitude do indivíduo não está diretamente relacionada a dominar os conceitos de ética e moral, pois os respondentes conseguem distinguir o modo ético de agir em questões cotidianas. Verificou-se ainda que de forma intuitiva os discentes sabem como agir diante de questões de ética profissional, ainda que seja pouco o contato com o Código de Ética Profissional do Contabilista durante sua formação. Esses achados reforçaram a importância da presença do código profissional na ementa dos cursos de Contabilidade, com o propósito de ofertar uma base de conhecimento sobre a temática mais consolidada, propiciando a formação de profissionais que saibam agir de forma ética e moral em sua carreira trabalhista.

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, Campus de Rio Paranaíba, Campus II, Prédio dos Laboratórios de Ensino, LAE 208, Rio Paranaíba, MG, CEP. 38810-000, MG 230 – Km 08, e-mail: jennifer.lopes@outlook.com.

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. Professora da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco F - Sala 1F 255, Campus Santa Mônica, CEP 38.400-902 – Uberlândia / MG, e-mail: jessicar@ufu.br.

³ Bacharelanda em Administração pela Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco F - Sala 1F 216, Campus Santa Mônica, CEP 38.400-902 – Uberlândia / MG, e-mail: isabela.gianasi@ufu.br.

⁴ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. Professor na Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia. Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco F - Sala 1F 216, Campus Santa Mônica, CEP 38.400-902 – Uberlândia / MG, e-mail: gleisonp@ufu.br.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Moral; CEPC.

ABSTRACT

This article aims to analyze the perception of general and professional ethical values among students in an Accounting undergraduate program in a federal university located at the interior of Minas Gerais state. The main goal is to highlight the importance of ethics knowledge and morality in an academic context, showcasing the students' ethical profile and how it will influence their professional journey. The methodology of this study is descriptive with a survey from 234 Accounting undergraduate students with 46 responses. We used a quantitative analysis to tabulate the results. The primary findings indicate that an individual's behavior is not directly related to mastering ethical and moral concepts; students can differentiate how to act ethically in daily situations. Intuitively, students know how to address professional ethics issues, even with limited exposure to the Professional Code of the Accountant during their education. These findings underscore the importance of including the professional code in Accounting curriculum, aiming to provide a solid knowledge on the subject and foster the development of professionals who can ethically and morally navigate their careers.

KEYWORDS: Ethics; Morality; CEPC.

1 INTRODUÇÃO

A ética e a moral sempre exerceram influências na vida social do homem (Silva, 2009). Na esfera profissional a ética é regida por uma classe que instituirá padrões de atuação para a realização das atividades por seus profissionais de maneira eticamente correta. A ética é para sociedade, assim como para uma profissão, toda a estrutura que a mantém em pé, não podendo se organizar permanentemente sem a presença desta (Lisboa,1997). Na profissão contábil, a base ética está estabelecida no Código de Ética Profissional do Contabilista (CEPC) emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que conduz o profissional a agir de forma íntegra prezando por sua imagem, respeitando seus colegas, clientes e a sociedade.

Estudos têm sido realizados trazendo o entendimento acerca da ética por parte de profissionais atuantes no mercado, discentes e docentes do curso de Ciências Contábeis. Pode-se citar Freitas, Diehl, Macaganan (2011), que realizaram uma pesquisa sobre o perfil prático moral e teórico moral de contabilistas em processo de formação. Os autores concluíram que apesar de grande parte dos graduandos respondentes apresentarem um comportamento adequado ao que se espera, o conhecimento teórico e conceitual é baixo. Os

resultados indicaram falhas no entendimento sobre o conceito de ética e desconhecimento do CEPC, configurando lacunas na formação acadêmica.

Martins e Bencke (2018) também discutiram acerca da importância sobre a ética da profissão contábil em uma pesquisa realizada com graduandos e com profissionais atuantes no mercado de trabalho. Os pesquisadores verificaram que os profissionais atuantes se mostraram “mais éticos que os discentes, o que induz a refletir sobre o exercício da profissão contábil como parte integrante da formação ética, tornando o profissional mais ético, quando deparado com situações diárias de cidadania” (Martins; Bencke, 2018, p. 162).

No exterior, Miller e Shawver (2018) investigaram como os programas de graduação em contabilidade implementaram o *Ethics Education Framework* (EEF) nos currículos do Reino Unido. Os autores concluíram que embora órgãos profissionais de contabilidade do Reino Unido defendam elevados padrões éticos, existe a percepção por parte de alguns de que esses órgãos não estão conseguindo cobrir a ética em qualquer maneira significativa. A pesquisa demonstrou a importância da inserção da ética na educação contábil, pois os professores indicaram que os conhecimentos e informações sobre o tema oferecidos aos alunos para sua formação não é tão satisfatória. Os resultados apontaram que embora a oferta de módulos obrigatórios e eletivos sobre ética tenha aumentado a partir de 2003, ainda não é suficiente para cobrir o conteúdo necessário para impactar positivamente no desenvolvimento ético do aluno.

O desenvolvimento de pesquisas que investiguem o comportamento de discentes sobre a ética e a moral pode mostrar que o conhecimento adquirido dentro de um ambiente de ensino, como uma universidade, representa apenas o início na trajetória de formação ética do profissional. Barreto (2015) ressalta a importância das universidades e órgãos de classe para a construção de políticas de conhecimento em ética, podendo ser incluídos nos exames de suficiência e de capacitação profissional a exigência de uma nova postura.

Considerando que um profissional com a formação adequada é aquele que além de dominar as técnicas, teorias e práticas da profissão também traz consigo a ética moral (Martins; Bencke, 2018), o presente estudo teve por objetivo analisar a percepção sobre ética geral e profissional dos discentes do curso de Ciências Contábeis de uma instituição federal de ensino superior do interior de Minas Gerais. A universidade como instituição social tem participação importante na formação de profissionais de excelência para o mercado, incluindo o incentivo à conduta ética destes. Neste contexto, torna-se relevante avaliar a

percepção, ou seja, a capacidade dos alunos em notar, avaliar e refletir sobre a ética geral e profissional enquanto indivíduo pertencente ao cenário acadêmico.

Não é incomum que os estudos que abordam a percepção ética e moral possuam natureza diagnóstica e não natureza preditiva, o que abre margem para a realização de pesquisas em outras instituições de ensino que ofereçam o curso de Ciências Contábeis. Adicionalmente, ainda há poucos estudos que consideram o indivíduo como detentor de uma consciência moral que é construída por meio de sua experiência em sociedade, sendo os princípios individuais que foram adquiridos no coletivo capazes de interferir de forma direta na sua percepção sobre ética profissional. Este estudo visa contribuir com o conhecimento sobre essa ótica.

A compreensão da percepção ética e moral pode fornecer informações sobre estratégias pedagógicas e curriculares, promovendo um entendimento mais aprofundado sobre o ensino e a prática ética na profissão contábil. Para Freitas, Diehl, Macaganan (2011), estudos nessa área são relevantes porque podem mostrar aos órgãos de classe, universidades e a sociedade em geral, o perfil dos futuros profissionais que atenderão as necessidades do mercado. Segundo os autores, conhecendo preventivamente esse perfil e tendo a consciência de que o conhecimento e a informação são peças-chave para uma boa formação ética, os órgãos ligados a essa profissão podem promover eventos de educação e conscientização ética. Além disso, as universidades podem inserir em suas matrizes curriculares disciplinas que abordem o tema.

Sendo assim, esta pesquisa contribui para a construção do conhecimento científico na área de Ciências Contábeis, uma vez que a compreensão das percepções sobre ética e moral pode gerar *insights* críticos sobre o aprimoramento da formação acadêmica e profissional dos estudantes de contabilidade. Embora esta pesquisa não seja preditiva e não tenha sido realizada com a intenção de generalização de resultados, quando somada à literatura pregressa pode ser utilizada pelas instituições de ensino superior para a formulação ou aprimoramento de políticas relacionadas à ética no ambiente acadêmico. Acredita-se que a implementação de programas educacionais específicos ou iniciativas para promover uma cultura ética dentro da instituição contribuam substancialmente para o ensino da ética profissional.

2 ÉTICA E MORAL

A reflexão sobre a ética está presente na história de todas as sociedades e culturas (Silva, 2009). Os valores morais já indicavam a presença de uma ética antes mesmo dos fundamentos teóricos racionais sobre o termo serem formados, o que aconteceu apenas na Grécia Antiga acompanhado do florescimento da filosofia (Silva, 2009). Vásquez (1997) conceituou a moral como um conjunto de normas, regras e princípios estabelecidos por um povo para orientar um comportamento, enquanto a ética é o comportamento moral, ou seja, o posicionamento diante daquela sociedade.

Em alguns campos do conhecimento discute-se a necessidade de diferenciação da ética e da moral, visto que não é incomum os termos serem utilizados como semelhantes. A palavra ética, do grego *ethos*, e a palavra moral, do latim *mos*, podem ter significados equivalentes, sendo do ponto de vista coletivo os costumes e de um ponto de vista individual o modo de ser (Gontijo, 2006). Entretanto, Gontijo (2006) afirmou que ao longo dos anos o uso dos termos foi se diferenciando ao ser aplicado a diversas áreas e entendido por autores distintos.

A ética, segundo Da Silva e Figueiredo (2007), trata-se de padrões do comportamento humano que seguem preceitos e normas de conduta que variam conforme cada cultura. Para Figueiredo (2008, p. 4), a ética é “a ciência da reta ordenação dos atos humanos desde os últimos princípios da razão”, ou seja, atos práticos racionais. Já para Lisboa (1997, p.23), “pode-se definir o termo ética como sendo um ramo da filosofia que lida com o que é moralmente bom ou mau, certo ou errado”, afirmando ainda que não se acredita que o homem seja ético todo o tempo, mas sim que é ético o quanto se é possível, causando o mínimo de mal a sociedade que o engloba. A ética é um saber prático, sendo o entendimento de algo que só acontece em decorrência de uma ação voluntária, ou seja, dependendo do agente; o entendimento do ato é o que caracteriza a ética (Chauí, 2000).

Aranha e Martins (1997) entenderam a ética como a reflexão sobre as noções e princípios que estão fundamentando a vida moral. Sendo assim, diferentemente da ética, a moral seria “um conjunto de regras de conduta assumidas pelos indivíduos de um grupo social com a finalidade de organizar as relações interpessoais segundo os valores do bem e do mal” (Aranha; Martins, 1997, p.117). A moral, de acordo com Figueiredo (2008, p.6), “refere-se quer aos costumes, quer às regras de conduta admitidas numa sociedade determinada”.

Chauí (2000) afirmou que toda sociedade institui uma moral, valores alusivos ao que é do bem e o que é do mal, ao que se pode fazer ou não, uma conduta que para aquela cultura é a correta sendo válida para todos os seus membros. Já para Pedro (2014, p. 486), a moral é “eminentemente prática, voltada para a ação concreta e real, para um certo saber fazer prático-moral e para a aplicação de normas morais consideradas válidas por todos os membros de um determinado grupo social”. Nesta linha, Martins e Bencke (2018, p.153), corroborando com Pedro (2014), conceituam a moral como “a parte real, ou seja, normativa da vida do indivíduo, que expressa os costumes, hábitos e valores aceitos durante o desenvolvimento social”.

No entanto, para Vasquez (1997) a ética não cria a moral. A moral já está estabelecida com seus princípios, regras e normas de comportamento. Para ele, a ética busca determinar a essência da moral. Logo a ética tem como matéria-prima de suas reflexões a moral, e a moral usa-se da ética para repensar-se, podendo mudar de acordo com o contexto, lugar e tempo que está inserida. (Pedro, 2014).

3 ÉTICA PROFISSIONAL NA CONTABILIDADE

A conduta profissional é guiada por um código de ética, que segundo Borges e Medeiros (2007, p.64), é o “conjunto de elementos que caracterizam o comportamento das pessoas dentro de um grupo social”. Segundo esses autores, o código de ética estabelece deveres legais normativos e positivos, além de padrões de conduta para a classe em questão trazendo regras que deverão ser respeitadas.

Não é diferente na profissão contábil, onde espera-se que haja ética em todas as situações. As condutas e ações do contabilista são guiadas pelo Código de Ética Profissional do Contabilista (CEPC) aprovado inicialmente pela Resolução do CFC nº 290 de 1970. O CEPC sofreu alterações ao longo do tempo, sendo a última pela Resolução CFC Nº 1.560 no ano de 2019, que foi aprovada pela Norma Brasileira de Contabilidade Profissional (NBC PG) nº 01 de 2019.

A NBC PG 01 estabelece deveres e proibições, orientações para definição de honorários profissionais, deveres em relação aos colegas e à classe e, por fim, as penalidades que cabem a aqueles que descumprem as normas estabelecidas. Da Silva e Figueiredo (2007, p. 30) complementam que o CEPC tem como propósito fundamental “regulamentar o exercício da profissão, pois mostra aos profissionais da contabilidade uma visão do certo e do errado do agir profissional, para que possam desempenhar suas funções de forma plena”.

Alves *et al.* (2007) realizaram uma pesquisa por meio de um questionário aplicado a contadores e técnicos em Contabilidade com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) de quatro estados brasileiros. Os resultados demonstram que apesar de a maioria dos profissionais considerarem o CEPC como um importante guia de conduta, poucos se predispõem de fato a segui-lo. Os autores justificaram que ao se depararem com um dilema moral em sua atividade, os profissionais tendem a resolvê-lo analisando qual atitude tomar utilizando-se de outros parâmetros éticos, e não aqueles adotados pela categoria. Essa análise carrega o fato de que o indivíduo em sua vivência fora da esfera profissional já vem construindo sua consciência moral influenciado por outros fatores no cenário que está inserido ao longo de sua vida.

Já Freitas, Diehl e Macagnan (2011) em sua pesquisa realizada com graduandos do curso de Ciências Contábeis, demonstraram que os estudantes, em teoria, possuem julgamento condizente ao que se espera de um futuro profissional. Todavia, na prática os alunos apresentaram raso conhecimento acerca do CEPC e base conceitual insuficiente para entender o que é a ética. Para os autores, isso mostra que apesar de ser importante a consciência moral adquirida no coletivo da sociedade, ainda é necessária uma formação acadêmica que incentive a prática da profissão com zelo e honestidade.

Os resultados obtidos no estudo realizado por Martins e Bencke (2018) com contadores e graduandos da cidade de Chapecó, no estado de Santa Catarina, é semelhante ao de Freitas, Diehl e Macagnan (2011). Ambos os grupos observados apresentaram uma formação conceitual insuficiente, apesar de possuírem postura ética quando se depararam com uma situação delicada. Os autores ressaltaram a relevância do CEPC e a sua inclusão na formação acadêmica, por afirmar que “o estudo do código de ética deste o início da graduação fortalece a excelência profissional dos contadores” (Martins, Bencke, 2018, p. 163).

Já a pesquisa de De Jesus Silva e De Souza Dos Santos (2022), realizada com contadores município de Sapeaçu, na Bahia, avaliou a aplicabilidade do CEPC nos escritórios de contabilidade. Os autores verificaram que em muitas situações as normas éticas são descumpridas devido à necessidade de se manter o emprego e clientes. Além disso, verificou-se também que os contadores entrevistados ponderam a relevância do código de ética profissional para a resolução de dilemas éticos e para desenvolvimento da carreira, apesar de discordarem dos aspectos burocráticos que envolvem o CEPC.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como descritiva quanto aos seus objetivos, pois busca descrever características de uma determinada população, buscando relações entre as variáveis (Gil, 2008). Quanto aos procedimentos técnicos de coleta, este estudo caracteriza-se como levantamento por *survey*, em decorrência da interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer (Gil, 2008).

O instrumento de coleta de dados foi adaptado de Martins e Bencke (2018). As adaptações resultaram em um questionário com 38 questões fechadas divididas em quatro blocos: perfil do respondente, conceituação, ética geral, ética profissional. O questionário foi disponibilizado através da plataforma *Google Forms*, e amplamente divulgado por meio de e-mails e redes sociais específicas do curso de Ciências Contábeis de uma instituição federal de ensino superior do interior de Minas Gerais. O período de coleta de dados se iniciou no segundo semestre de 2020 e se estendeu até fevereiro de 2021. Esta estratégia visou alcançar uma amostra representativa de estudantes assegurando um tempo adequado para a participação dos respondentes.

A escolha da população-alvo para esta pesquisa seguiu uma abordagem de conveniência. Contudo, é importante salientar que, embora a seleção por conveniência possa apresentar limitações em termos de representatividade, o curso de Ciências Contábeis utilizado para amostragem está inserido em um *campus* relativamente recém-constituído, que se encontra em estágio de experiência ainda não consolidada com contínua revisão e alinhamento da matriz curricular. Essa característica singular oferece uma oportunidade única de investigar as percepções éticas dos discentes em um contexto acadêmico em construção, diferentemente das pesquisas anteriores que analisaram, predominantemente, cursos em *campus* consolidados.

Dos 234 (duzentos e trinta e quatro) discentes matriculados no curso de Ciências Contábeis, obteve-se 46 questionários respondidos, representando aproximadamente 19,66% da população em questão. Todos os questionários foram analisados e tabulados por meio de planilhas eletrônicas de dados.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise do perfil demonstrou uma amplitude significativa na faixa etária dos respondentes, uma vez que a menor idade informada foi 18 anos e a maior 54 anos. Embora essa amplitude possa em um primeiro momento sugerir uma diversidade considerável entre

os participantes, uma análise mais aprofundada demonstrou que aproximadamente 76,1% (35 discentes) dos respondentes possuíam idade entre 18 e 25 anos, 21,7% (10 discentes) entre 26 e 35 anos e apenas 2,2% (1 discente) acima de 35 anos. Essa distribuição assimétrica indica uma homogeneidade marcante em termos de idade na amostra estudada, demonstrando que a maior parte dos respondentes se concentra em um grupo etário mais jovem, o que pode indicar uma predominância de estudantes em estágios iniciais de sua trajetória acadêmica e profissional.

Percebeu-se ainda a predominância do sexo feminino, que representou 58,7% da amostra total. Esse resultado pode apontar uma tendência específica nesse contexto educacional, na qual há uma representatividade ligeiramente maior de pessoas do sexo feminino no curso de Ciências Contábeis do *campus* em questão. Ressalta-se que nesta pesquisa não foram abordadas questões relativas à identificação de gênero.

Os resultados da pesquisa quanto à experiência dos discentes em escritórios de contabilidade demonstraram que uma maioria expressiva, equivalente a 78,3% dos respondentes, afirmou nunca ter trabalhado nesse contexto profissional específico. Em contraste, uma minoria de 2,2% relatou ter experiência inferior a 12 meses, 6,5% apontaram experiência entre 12 e 24 meses, 10,9% entre 24 e 48 meses, e apenas 2,2% acumularam experiência superior a 48 meses em escritórios de contabilidade. Essa predominância de discentes sem experiência profissional em escritórios de contabilidade pode influenciar a formação de suas percepções éticas, uma vez que a exposição limitada ao ambiente de trabalho contábil pode resultar em uma compreensão mais teórica que práticas de questões éticas na prática contábil.

A Tabela 1 apresenta a percepção dos discentes da amostra sobre o conceito de ética.

Tabela 1 - Entendimento dos discentes sobre o conceito de ética

O que você entender por ética?	F.R
a) Conjunto de princípios e valores, com base da construção pessoal.	37,0%
b) Conjunto de leis, costumes e regras de conduta que determinam o que é certo ou errado na sociedade.	32,6%
c) Uma atitude, uma tomada de posição, uma reflexão sobre as ações de conduta humana. Forma de traduzir o certo e o errado em ações e condutas. *	13,0%
d) Diretrizes e leis que orientam a conduta do indivíduo na sociedade ou na profissão.	17,4%

Nota: * Alternativa correta; F.R: Frequência Relativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise da Tabela 1 demonstra que uma parte significativa dos discentes (37%) associou a ética a um sistema de princípios e valores pessoais construídos individualmente, o que pode indicar uma compreensão mais subjetiva e personalizada do conceito. Esse resultado alinhou-se com o achado de Martins e Bencke (2018), que também verificaram

maior adesão dos respondentes para essa opção. Apenas 13,0%, dos respondentes souberam identificar corretamente o conceito de ética adotado nesta pesquisa, que dentre as alternativas apresentadas, foi a menos pontuada pelos respondentes. Esse resultado, por outro lado, diferenciou-se de Martins e Bencke (2018), que obtiveram respostas de 32% dos discentes para alternativa apontada como correta, o que representou o segundo maior percentual de respostas.

Os discentes foram convidados também a indicar sua conceituação sobre moral, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 - Entendimento dos discentes sobre o conceito de moral

O que você entende por moral?	F.R
a) Conjunto de leis, costumes e regras de conduta que determinam o que é certo ou errado na sociedade. *	21,7%
b) Conjunto de características que determinam a forma como a pessoa ou organização se comportam e interagem com outros indivíduos.	50,0%
c) Ser reconhecido pelo grupo em que se vive pela forma que age perante os mesmos.	2,20%
d) Uma atitude, uma tomada de posição, uma reflexão sobre as ações de conduta humana. Forma de traduzir o certo e o errado em ações e condutas.	26,1%

Nota: * Alternativa correta; F.R: Frequência Relativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analogamente ao observado para a conceituação sobre ética, nota-se na Tabela 2 que a maior parte dos estudantes não souberam conceituar moral adequadamente, pois apenas 21,7% deles escolheram a alternativa correta. Nota-se que 50% dos respondentes tiveram dificuldades para diferenciar o conceito de moral do conceito de valores, tendência essa também observada na pesquisa de Martins e Bencke (2018). Para esses autores, o conjunto de características que determinam a forma como a pessoa ou organização se comporta e interage com outros indivíduos são os valores, que é uma das bases da moral e, conseqüentemente, base para a ética.

No questionário foram propostas situações para avaliar a percepção sobre a ética geral dos respondentes. A Tabela 3 demonstra como os discentes agiriam perante situações cotidianas que exigiriam algum tipo de posicionamento ético.

Tabela 3 – Ética geral

Questão sobre ética geral	F.R	
	Sim	Não
Ao sair de um supermercado, você percebe que a caixa lhe deu R\$ 50 a mais de troco. Você volta e devolve o dinheiro?	100,0%	0,0%
Você bebeu demais em uma festa e suspeita que esteja acima do limite legal para dirigir. Você volta dirigindo para casa?	8,7%	91,3%
Você encontrou uma brecha para sonegar imposto de renda, escondendo parte do seu rendimento. Você faz isso?	28,3%	71,0%
O estacionamento do shopping está lotado – exceto pelas vagas reservadas a deficientes físicos. Você estaciona o carro numa dessas vagas?	0,0%	100,0%
Você vê o marido/a mulher de sua melhor amiga/seu melhor amigo andando de mãos dadas com um estranho. Você se sente obrigado a contar ao seu amigo(a)?	63,0%	37,0%

Nota: F.R: Frequência Relativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar de os achados das Tabelas 1 e 2 demonstrarem que os discentes apresentaram um conhecimento teórico relativamente baixo sobre os conceitos de ética e moral, os resultados da Tabela 3 sugerem que, pelo menos para fins de pesquisa, os respondentes tendem a praticar suas ações cotidianas respeitando os princípios morais e éticos. Assim, mesmo com dificuldades em conceituar esses termos, os estudantes apresentaram uma forte consciência ética em situações cotidianas. Os resultados desta pesquisa coincidem com os achados de Martins e Bencke (2018), que também verificaram a tendência de comportamento ético em situações rotineiras.

Deve-se destacar, entretanto, que as respostas indicadas nessas questões podem não refletir com fidedignidade a prática cotidiana dos indivíduos que compõem a amostra. Não raro os indivíduos tendem a não admitir a prática de atividades antiéticas, uma vez que isso manchariam sua imagem perante as pessoas que o cercam, além de, em alguns casos, envolver situações ilícitas.

Quando questionados sobre ética profissional, a Tabela 4 apresenta como os respondentes agiriam caso um colega não esteja sendo ético em ambiente profissional.

Tabela 4 - Ética profissional e antiética de colegas

Quando no exercício profissional constato que um colega não está sendo ético:	F.R
a) Devo alertá-lo sobre as consequências do seu ato.	60,9%
b) Devo ficar quieto, assim não prejudico ninguém.	10,9%
c) Devo alertar as pessoas responsáveis.	13,0%
d) Não sei, prefiro não opinar.	15,2%

Nota: F.R: Frequência Relativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 4 demonstra que 60,9% dos discentes afirmam que apenas alertariam seus colegas sobre suas atitudes. Em uma análise superficial a atitude de alertar o colega sobre as consequências de suas ações pode parecer proativa em relação à ética, contudo, esse posicionamento evidencia que o relacionamento interpessoal tende a se sobressair a

responsabilidade ética profissional de avisar as pessoas responsáveis, uma vez que nada pode garantir que apenas o aviso ao colega sobre as consequências mudaria suas ações. Esse comportamento também foi observado por Martins e Bencke (2018) para a amostra de discentes da cidade de Chapecó. Os autores ressaltaram que ao apenas alertar seu colega, o respondente assume para si a responsabilidade antiética da situação, já que está ciente do que está ocorrendo e acobertando ou negligenciando uma atividade que fere os princípios delineados no CEPC.

A Tabela 4 demonstra ainda que 10,9% dos respondentes assumiram uma visão passiva em relação à responsabilidade ética quando priorizaram a não interferência nas ações dos colegas. Por outro lado, apenas 13% dos discentes escolheria alertar as pessoas responsáveis, o que seria neste cenário, a conduta ética mais adequada. A escolha dessa resposta indica uma abordagem mais formal e estruturada por parte desses discentes para lidar com questões éticas.

Nota-se ainda que a segunda maior porcentagem (15,2%) de respostas se refere a opção de “Não sei, prefiro não opinar”. Isso pode sugerir que parte dos discentes não se sente confortável em opinar, ou não tem certeza sobre qual seria a ação mais apropriada, o que reflete uma insegurança quanto à melhor maneira de lidar com situações éticas complexas no ambiente profissional.

A Tabela 5, por sua vez, apresenta a autopercepção dos discentes em relação a comportamentos antiéticos em diferentes contextos profissionais.

Tabela 5 - Questão sobre ética profissional e posicionamento antiético

Você já agiu de forma antiética perante:	F.R
a) Fisco	13,0%
b) Colegas	30,4%
c) Clientes	8,7%
d) Chefia	5,0%
e) Nunca agi de forma antiética	60,9%

Nota: F.R: Frequência Relativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se que 60,9% dos discentes alegaram nunca ter agido de forma antiética. Esse percentual relevante pode indicar um viés conceitual, tendo em vista que a definição de comportamento antiético pode variar entre os participantes. É possível que alguns dos respondentes considerem apenas ações mais graves como verdadeiramente antiéticas, enquanto outros podem incluir comportamentos mais sutis. Outra possível explicação é subestimação das práticas antiéticas pela necessidade de demonstrar uma imagem pessoal positiva, o que levaria a indicação de uma resposta não totalmente condizente com a

realidade. Martins e Bencke (2018) também encontram resultados semelhantes para os discentes daquele contexto.

Ademais, a indicação de respostas para ações antiéticas para com os Clientes e com o Fisco, apesar de terem sido significativamente menores que as demais opções, pode constituir-se uma *red flag* sobre o tipo de profissionais que adentrarão no mercado de trabalho. Esses achados levantam questionamentos quanto à possibilidade de que, ao ingressarem no mercado de trabalho, esses indivíduos estejam propensos a práticas questionáveis em suas interações com clientes e órgãos fiscais, comprometendo a integridade e a confiança no exercício da profissão contábil.

Posteriormente, buscou-se a influência percebida na tomada de decisões antiéticas por profissionais contábeis (Tabela 6). Nesta questão o discente poderia optar por mais de uma alternativa.

Tabela 6 - Questão sobre ética profissional e influência nos posicionamentos

Quem influencia diretamente na tomada de decisões antiética do profissional contábil	F.R
a) Empresários/Clientes	29,7%
b) Colegas	15,3%
c) Chefia	28,8%
d) Favorecimento Pessoal	23,4%
e) Outros	2,7%

Nota: F.R: Frequência Relativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 6 demonstra que 29,7% dos discentes acreditam que quem mais influência na tomada de decisões antiéticas são os clientes, seguido pela chefia (28,8%). Tais resultados se devem à percepção de que os clientes cobram resultados mesmo que alcançados de forma antiética. É possível que a cobrança dos clientes sobre a chefia dos escritórios seja repassada a seus funcionários, que se sente coagidos a praticar ações com caráter ético questionável (Martins; Bencke, 2018).

É interessante observar que 23,4% dos discentes perceberam a influência do favorecimento pessoal nas decisões antiéticas. Esse resultado indica que a busca por vantagens pessoais pode ser um fator motivador na adoção de práticas antiéticas, configurando um cenário de conflito de interesses em que profissionais estejam propensos a priorizar interesses pessoais em detrimento da integridade ética em suas práticas profissionais.

A Tabela 7 aborda os fatores percebidos pelos discentes como influenciadores de comportamentos éticos no ambiente de trabalho. Nesta questão, mais de uma opção poderia ser marcada.

Tabela 7 - Questão sobre ética profissional e os fatores que levam a atitudes antiéticas

Que fatores levam você agir eticamente no seu ambiente de trabalho	F.R
a) Possíveis sanções	25,6%
b) Princípios morais profissionais	46,7%
c) Religião	15,6%
d) Convenções Sociais	11,1%
e) Outros	1,1%

Nota: F.R: Frequência Relativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se na Tabela 7 que 25,6% dos respondentes indicaram que a possibilidade de sanções é um fator que os leva a agir eticamente. Isso sugere que a presença de consequências negativas pode ter um impacto significativo na tomada de decisões éticas. Outros 30,4% assinalaram a religião como um fator que os levar a agir eticamente, o que pode trazer à tona o debate sobre como a vivência do indivíduo em sociedade constrói a consciência moral e como isso o leva a seguir os mesmos princípios éticos em seu ambiente profissional.

Os resultados também demonstraram que a maior parte dos respondentes (46,7%) acreditam que o principal fator que os leva a agir eticamente são os princípios morais profissionais da categoria. Contudo, ao serem questionados sobre a necessidade de um código de ética profissional, 73,9% dos discentes disseram o CEPC necessário, porém nunca o leram. Esse achado indica uma valorização teórica da existência do código, mas uma lacuna na sua aplicação prática. Apenas 17,4% dos respondentes consideraram o CEPC necessário e já leram, enquanto 8,7% preferiram não opinar a respeito, o que pode indicar uma falta de conhecimento sobre o código de ética profissional ou uma indecisão em relação à sua relevância.

Quando questionados sobre como tiveram acesso ou conhecimento da existência do CEPC, 69,6% dos respondentes indicaram que tomaram conhecimento sobre o código de ética profissional por meio da formação acadêmica. Contudo, esse resultado demonstra um paradoxo em relação ao resultado obtido acerca da necessidade de um código de ética profissional. Era de se esperar que a inserção do CEPC na ementa de alguma disciplina do curso exigisse, ao menos, leitura por parte dos discente. Portanto, a dissonância reside no ponto em que 73,9% dos discentes afirmaram nunca terem lido o CEPC, mas 69,6% afirmarem que terem acesso ao código por meio da formação acadêmica, o que levanta questionamentos sobre a estratégia pedagógica utilizada pela instituição de ensino na abordagem do CEPC.

Ao serem questionados se as normas de condutas existentes no CEPC são suficientes para a formação complementar profissional e norteadora do profissional contábil, 54,3% dos

discentes alegaram não saber opinar se as normas são suficientes para a formação profissional, enquanto 23,9% não perceberam as normas como suficientes. Apenas 21,7% dos respondentes indicaram acreditar que as normas de condutas existentes no Código de Ética do Profissional Contábil são suficientes.

Os estudantes também foram indagados sobre a noção do risco inerente ao exercício da profissão contábil com relação aos aspectos morais, sociais e éticos. Para essa questão, 60% dos estudantes disseram ter noção do risco inerente ao exercício da enquanto atividade regulamentadas que possui fé pública, enquanto 37,8% afirmaram ter noção parcial do risco envolvido. Esse resultado também se apresenta como paradoxo, levantando questionamentos sobre a forma como esses discentes tomaram ciência dos riscos inerentes sem nunca terem lido o CEPC, como afirmaram em outra questão presente no questionário.

A Tabela 8 aborda a perspectiva dos discentes sobre como pretendem desenvolver seus serviços após obterem o certificado de conclusão do curso de Ciências Contábeis e o registro no CRC.

Tabela 8 - Questão sobre ética profissional e desenvolvimento dos serviços

Ao obter o certificado de conclusão do curso de Ciências Contábeis e o registro no CRC, como pretende desenvolver seus serviços?	F.R
a) De acordo com a legislação fiscal;	20,4%
b) De acordo com os objetivos e interesses dos seus clientes;	8,8%
c) Da melhor forma possível, reconhecendo que o mercado é muito competitivo;	19,5%
d) De acordo com os seus princípios morais e éticos, resguardando os interesses da sociedade civil;	17,7%
e) Com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;	33,6%

Nota: F.R: Frequência Relativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 8 demonstra que 33,6% dos discentes responderam que pretendem desenvolver seus serviços com zelo, diligência e honestidade, observando a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais. Essa é a alternativa mais adequada, em que são apresentadas as premissas indispensáveis para o exercício da profissão contábil, segundo o código de conduta da classe. Destaca-se que apenas 8,8% dos respondentes afirmaram que pretendem desenvolver de acordo com os objetivos e interesse dos clientes, o que se supõe, portanto, que caso o cliente busque por um serviço que fira a legislação ou os princípios morais e éticos para se manter no mercado, o indivíduo estaria disposto a realizar o trabalho.

A Tabela 9 aborda a perspectiva dos discentes em relação a uma situação ética envolvendo a prestação de serviços a um cliente que não remunera o profissional.

Tabela 9 - Questão sobre ética e relacionamento com clientes

Caso você, no futuro, vivencie a situação de prestar serviço por três meses a um cliente e este não o remunerar, como você procederia?	F.R
a) Reteria os livros, papéis e documentos do seu cliente e não devolveria enquanto não recebesse os honorários;	26,1%
b) Devolveria os documentos do cliente independente do recebimento dos honorários, e entraria na Justiça para recebê-los;	39,1 %
c) Iria ao CRC para que este órgão de classe profissional interferisse em seu favor;	21,7%
d) Nenhuma das respostas anteriores.	13,0%

Nota: F.R: Frequência Relativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O CEPC determina que é vedado ao Contabilista reter abusivamente livros, papeis ou documentos comprovadamente confiados à sua guarda (Conselho Federal de Contabilidade, 2019). Contudo, observa-se que 26,1% dos respondentes reteriam esses documentos, o que feriria o disposto no CEPC e poderia acarretar uma advertência reservada, censura reservada ou ainda censura pública. Uma possível explicação é que os discentes não estivessem plenamente cientes das normas éticas que regem a profissão contábil, o que destaca a importância de se reforçar a educação sobre ética e regulamentações profissionais durante a formação acadêmica. Ao não estar completamente familiarizados com as implicações práticas das normas éticas, é provável que esses indivíduos tenham uma interpretação errônea sobre a permissibilidade de reter documentos.

A Tabela 10 mostra a percepção dos discentes da amostra quanto a manipulação de demonstrações contábeis.

Tabela 10 - Questão sobre ética e maquiagem de demonstrações contábeis

Diante de uma excelente oferta de serviço, você percebe que não foi solicitado para aplicar seus conhecimentos contábeis, mas sim para “maquiar” demonstrações contábeis para que seu cliente obtenha empréstimo bancário. Você aceitaria ou não tal serviço?	F.R
a) Sim, pois o mercado está muito difícil e, caso não o fizesse, poderia perder o cliente;	2,2%
b) Sim, pois as demonstrações contábeis eram apenas para o empréstimo e depois você faria as demonstrações contábeis corretas para a contabilidade oficial da empresa;	13,0%
c) Não, porque isto seria iludir ou tentar iludir o cliente, empregador ou terceiros, alterando ou deturpando o exato teor de documentos, bem como fornecendo falsas informações ou elaborando peças contábeis inidôneas;	80,4%
d) Sim, pois não se tratava de iludir ou tentar iludir o cliente, empregador, mas apenas com a finalidade explícita de conseguir o empréstimo;	4,3%

Nota: F.R: Frequência Relativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise da Tabela 10 demonstra que uma pequena minoria dos respondentes (2,2%) aceitaria o serviço de maquiar as demonstrações contábeis com base na justificativa de que a recusa ao trabalho poderia resultar na perda do cliente. A escolha dessa alternativa evidencia que para esses respondentes há uma ponderação entre a necessidade de negócios e a ética profissional.

Percebe-se ainda que 13% dos respondentes aceitariam o serviço, mas alegando que corrigiriam as demonstrações posteriormente para a contabilidade oficial da empresa, o que parece ser uma estratégia de minimizar os impactos éticos da ação. Ainda 4,3% dos discentes aceitaria o serviço sob a condição de que a finalidade fosse explicitamente conseguir o empréstimo, sem a intenção de iludir o cliente ou empregador. Essa resposta indica uma percepção distinta entre ações éticas e não éticas na situação, ou seja, considera-se antiético iludir clientes, mas seria ético iludir os credores.

A Tabela 10 demonstra ainda que 80,4% dos discentes não aceitaria elaborar peças contábeis inidôneas. Essa alternativa está alinhada ao disposto no CEPC, em que é vedado ao profissional a prática de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la (Conselho Federal de Contabilidade, 2019). Percebe-se com essas repostas que, embora muitos respondentes desconheçam as diretrizes do CEPC detalhadamente, é possível que exista uma percepção moral muito clara que a prática de manipular demonstrações contábeis seja uma atitude antiética. Assim, embora não seja possível garantir que em uma situação prática a conduta determinada pelo CEPC seja realmente adotada, fica evidente que os estudantes da amostra possuem uma postura ética idealizada mesmo sem uma compreensão profunda das normas éticas em vigor.

Por fim, a Tabela 11 apresenta as respostas dos discentes em relação à formação acadêmica do profissional da contabilidade em seu aspecto ético.

Tabela 11 – Ensino da ética

Quanto à formação acadêmica do profissional da contabilidade em seu aspecto ético:	F.R
a) O ensino acadêmico sobre a ética é insuficiente;	43,5%
b) O estudo acadêmico sobre a ética é suficiente;	26,1%
c) O estudo da ética não interfere na atuação profissional;	13,0%
e) Não sei, prefiro não opinar.	17,4%

Nota: F.R: Frequência Relativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se que 43,5% dos respondentes afirmaram que o ensino acadêmico sobre a ética é insuficiente, o que demonstra a necessidade do estudo sobre a temática de maneira aprofundada no ambiente acadêmico na formação desses profissionais. Esse resultado corrobora os achados demonstrados nas Tabelas 1 e 2, onde uma parte significativa dos discentes apresentaram dificuldades em conceituar ética e moral.

Diferentemente dos achados da pesquisa de Martins e Bencke (2018), que se observou a maior proporção de respostas centradas na suficiência do ensino, a Tabela 11 demonstrou que para 13% dos respondentes desta pesquisa acreditam que suas ações

não são influenciadas pela ética profissional e suas regras. Esse achado pode indicar um entendimento inadequado ou a minimização do papel da ética na prática profissional do contador, o que merece atenção, uma vez que pode levar a comportamentos inadequados com implicações significativas não apenas para os profissionais individuais, mas também para a reputação da profissão como um todo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo analisar a percepção sobre ética geral e profissional contábil dos discentes do curso de Ciências Contábeis de uma instituição federal de ensino superior do interior de Minas Gerais. Para atingir o objetivo proposto utilizou-se de estatística descritiva por meio de um levantamento do tipo *survey*, aplicando um questionário contendo 38 questões, para o qual obteve-se respostas para 46 discentes. Os achados indicaram uma diversidade de percepções, sugerindo que a compreensão do conceito de ética e moral varia entre os indivíduos analisados. Essa diversidade de perspectivas pode explicar as diferentes interpretações em situações cotidianas, influenciando as atitudes e comportamentos éticos dos discentes no contexto acadêmico e profissional.

Observou-se que mesmo com dificuldades conceituais sobre ética e moral, os discentes conseguem, em teoria, diferenciar uma conduta ética de uma conduta antiética em suas tomadas de decisão, agindo de forma correta, por exemplo, ao devolver um troco errado ou não estacionar em uma vaga reservada a portadores de deficiências. Ressalta-se, porém, que os resultados indicam como os respondentes pretenderiam agir, e não como realmente agiriam na prática. Assim não é possível distinguir a existência de um padrão ético realmente elevado ou uma tendência dos respondentes de apresentarem uma imagem mais favorável de si mesmos em pesquisas autorrelatadas. Isso porque existe a possibilidade de viés de desejabilidade social, no qual os respondentes poderiam sentir uma pressão para apresentar uma autopercepção ética mais positiva de si mesmos, o que levaria a uma relutância em admitir comportamentos que sejam eticamente e moralmente questionáveis, mesmo em um contexto de pesquisa anônimo.

Os resultados também demonstraram a complexidade das pressões enfrentadas pelos profissionais contábeis no ambiente de trabalho, uma vez que a relação entre empresários/clientes, chefia e o próprio favorecimento pessoal influenciam no comportamento ético profissional. Verificou-se ainda que possíveis sanções e princípios

morais profissionais foram listados como motivadores para que os indivíduos ajam eticamente. Esses achados podem ter implicações importantes para a educação e a formação ética dos futuros profissionais, destacando a necessidade de abordar especificamente essas influências durante a preparação acadêmica e profissional.

Notou-se a presença significativa de respostas indicando indiferença ou falta de posicionamento frente a dilemas éticos profissionais, o que levanta questionamentos sobre a adequação das estratégias educacionais que foram utilizadas com os estudantes pesquisados. Verificou-se ainda a presença de contradições, como a afirmativa de se considerar necessário um código de ética profissional que não foi lido pela maioria. Esse achado destaca a importância de não apenas fornecer princípios éticos em ementas disciplinares, mas desenvolver mecanismos para garantir sua efetiva internalização pelos estudantes.

Destaca-se que os discentes reconhecem a importância dos princípios morais profissionais como motivadores para a ação ética, mas que ainda é necessário o aprofundamento nas diretrizes do CEPC, no sentido de fortalecer e aprimorar a base teórica e prática da ética do profissional contabilista.

Um achado interessante refere-se ao apontamento por parte dos respondentes de que o ensino acadêmico sobre ética é insuficiente, o que se diferenciou dos resultados de trabalhos pgressos. Uma provável justificativa para essa percepção é que a pesquisa foi desenvolvida em um *campus* relativamente novo, o que pode implicar em desafios específicos relacionados à estruturação e implementação do currículo, bem como à experiência docente no desenvolvimento de conteúdos éticos. É possível que o cenário acadêmico da instituição de ensino no qual o estudo foi realizado ainda careça de ajustes e adaptações na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis, além de amadurecimento e consolidação de práticas pedagógicas.

Assim, para pesquisas futuras sugere-se investigar de forma aprofundada as razões pelas quais os estudantes percebem o ensino ético como insuficiente, com a inclusão de análises qualitativas, entrevistas e grupos focais para identificar lacunas específicas no conteúdo ou abordagens pedagógicas que podem ser melhoradas. Sugere-se ainda a realização de uma comparação mais abrangente entre *campi* universitários recentes e estabelecidos, analisando como a idade e a maturidade da instituição impactam a percepção ética dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. J. D. S.; LISBOA, N. P.; WEFFORT, E. F. J.; ANTUNES, M. T. P. Um estudo empírico sobre a importância do código de ética profissional para o contabilista. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 18, p. 58-68, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34224>. Acesso em: 11 dez. 2023.
- ARANHA, M. L. D. A.; MARTINS, M. H. P. **Temas de filosofia**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- BARRETO, L. M. D. S. F. Formação ética do profissional de contabilidade. **Revista Eletrônica Da Fanese**, Sergipe, v. 4, n. 1, set./2015. Disponível em: <http://app.fanese.edu.br/revista/?p=295> Acesso em: 29 ago. 2019.
- BORGES, E.; MEDEIROS, C. Comprometimento e ética profissional: um estudo de suas relações juntos aos contabilistas. **Revista de Contabilidade & Finanças - USP**, n. 44, p. 60-71, mai./ago. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34234>. Acesso em: 11 dez. 2023.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC PG 01: Código de Ética Profissional do Contador. Brasília, 2019. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG01&arquivo=NBCPG01.doc&_ga=2.116652033.643335583.1703116062-1780866885.1702671655 . Acesso em: 12 mai. 2020.
- DE JESUS SILVA, W.; DE SOUZA DOS SANTOS, C. A aplicabilidade do código de ética do profissional contábil nos escritórios de contabilidade no município de Sapeaçu-BA. **ConTexto - Contabilidade em Texto**, Porto Alegre, v. 22, n. 52, p. 3-13, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/126576> .Acesso em: 21 dez. 2023.
- DIEHL, C. A.; DE FREITAS, A. C.; MACAGNAN, C. B. A percepção sobre ética de estudantes de curso de graduação em Ciências Contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 21-49, 2011. DOI: 10.17524/repec.v5i1.228. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/228> . Acesso em: 22 dez. 2023.
- FIGUEIREDO, A. Ética: origens e distinção da moral. **Saúde, Ética & Justiça**, v. 13, n. 1, p. 1-9, 7 jun. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sej/article/view/44359> . Acesso em: 25 maio 2019.
- FREITAS, A. C. D.; DIEHL, C. A.; MACAGNAN, C. B. A percepção sobre ética de estudantes de curso de graduação em ciências contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 21-49, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.repec.org.br/repec/article/view/228/99>. Acesso em: 05 mai. 2019.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONTIJO, E. D. Os termos 'ética' e 'moral'. **Mental**. Barbacena, v. 7, n. 4, p. 127-135, nov. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v4n7/v4n7a08.pdf> . Acesso em: 26 mai. 2019.

LISBOA, L. P. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARTINS, P. J.; BENCKE, F. F. Ética geral e profissional em contabilidade: um estudo sobre a postura de discentes e profissionais em contabilidade. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 12, n. 2, p. 150-165, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/23502> . Acesso em: 05 mai. 2019.

MILLER, W. F.; SHAWVER, T. J. An exploration of the state of ethics in uk accounting education. **Journal of Business Ethics**, v. 153, n. 4, p. 1109-1120, dez. 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2fs10551-016-3396-z> . Acesso em: 28 abr. 2019.

PEDRO, A. P. Ética, Moral, Axiologia E Valores: Confusões E Ambiguidades Em Torno De Um Conceito Comum. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 130, p. 483-498, dez./2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000200002 . Acesso em: 29 ago. 2019.

DA SILVA, A. R. N.; FIGUEIREDO, S. M. A. de. Desenvolvimento da percepção sobre Ética Profissional entre estudantes de Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 165, p. 40-51, jan. 2007 ISSN 2526-8414. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/732>. Acesso em: 25 maio 2019.

SILVA, A. W. C. da. O pensamento ético filosófico: da Grécia Antiga à Idade Contemporânea. **EGOV USFS**, 2009. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/anexos/30555-32164-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.

VÁSQUEZ, A. S. **Ética**. 37 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.